

**JOSÉ LUIS ARANGUREN**  
(1909-1996)

*IN MEMORIAM*

Num tempo de paradoxos e de grandes demissões, frente a uma conjuntura onde a busca de atitudes éticas aparece como exigência inadiável, embora a braços com a sua intrínseca problematicidade, revisitar a lucidez e o esforço teórico de um filósofo moral nosso contemporâneo preocupado com a «realidade da condição humana, a um tempo, inquietante e trágica, mas também vocacionada à perfeição e à felicidade constitui uma tarefa atractiva procedente da aceitação de um ideal humanista autêntico plenamente afirmado na obra ética de José Luís Aranguren, atenta em estar «al nível de los tiempos» como reiteradamente Ortega y Gasset apontava o sentido da tarefa do intelectual, bem como manifestamente interessada em propor alternativas válidas para o aperfeiçoamento da iniludível essência ética dos seres humanos.

A leitura dos seus livros<sup>(1)</sup> evidencia a grande importância que atribui ao rigor e à clareza do significado dos conceitos que delinham o horizonte do seu pensamento, cujo itinerário acolhe influências de Aristóteles, Heidegger, Ortega y Gasset e Xavier Zubiri, não obstante se revestir de uma peculiar originalidade irradiadora de propostas morais mobilizadoras para um sereno combate em prol do primado de uma ética cujo traço estrutural arranca da dimensão moral da personalidade individual a fim de alcançar a Felicidade como «vocação» e «perfeição», marcada pela preocupação em torno de uma experiência de responsabilidade que sendo pessoal, se abre

---

(<sup>1</sup>) A edição das *Obras Completas* de José Luís Aranguren está em curso de publicação desde 1994 pela Editorial Trotta (Madrid). Foram publicados os vols. I-IV, com obras de filosofia, filosofia da religião, ética, sociologia e política, a que seguirão os vols. V e VI com escritos literários, autobiográficos e diversos.

resolutamente à dimensão social e política. É a este nível que terá de ser compreendida a sua depurada concepção de Humanismo, sempre postulado como um «humanitarismo»<sup>(2)</sup> social, vector que paradigmaticamente traduz a sua presença na sociedade actual, a um tempo, como filósofo moral e como moralista comprometido numa luta contínua contra a debilidade ética do tempo presente.

José Luis Aranguren começou por escrever obras cujo sentido se articulava com a necessidade de pensar a condição do intelectual católico em meados do nosso século, patente em «La filosofía de Eugenio d'Ors» (1945) e em seguida, ao ritmo de um cristianismo existencial, publicou «Catolicismo e Protestantismo como formas de existência» (1952) e «O Protestantismo e a Moral» (1954), obras de filosofia da religião que ficaram a constituir uma primeira etapa da sua evolução intelectual, onde já se desenham os contornos significativos de alguns conceitos, nomeadamente o de «talante» que irá constituir um núcleo importante na raiz psicobiológica do seu pensamento ético, visto que se trata da análise do modo de ser, radical e permanente, em que cada ser humano se encontra ao longo da existência,» (...) estado de animo en que nos encontramos condiciona y colorea nuestro mundo de percepciones, pensamientos y sentimientos (...) nuestra cambiante luz interior ilumina unas veces ésta, otras aquella cara del mundo; la realidad se nos aparece así como un reflejo del talante»<sup>(3)</sup>, algo assim que irá definindo a experiência da vida, onde tem lugar uma hierarquização de estados de ânimo que marca a autenticidade e a profundidade da atitude gnosiológica nos seus diversos matizes, traduzindo-se nas diversas maneiras que cada indivíduo assume defrontar-se com a realidade.

Seguramente aquilo que determina a singularidade e a importância da obra de Aranguren no pensamento moral contemporâneo reside não apenas na sua constante preocupação em contribuir para um saber ético efectivamente autónomo, livre, não de índole moralizante e independente de pressões confessionais, mas também heterodoxamente comprometido, intervencionista, postulando a recuperação da responsabilidade, da atitude moral face a um certo vazio ético manifestamente presente na situação actual.

---

(2) José Luís Aranguren «Sobre el Humanismo», in «La juventud europea y ensayos». Barcelona, Edit. Seix Barral, 1969, p. 99.

(3) José Luís Aranguren, «Catolicismo y Protestantismo como formas de existência». Madrid, Alianza Editorial, 1980, p. 15.

Antes de mais, reconhecendo o peso da circunstância na construção de uma trajectória intelectual, torna-se inevitável salientar algumas facetas da sua existência, infelizmente terminada em Abril de 1996, que lhe possibilitou manter uma intervenção magistral e inconformista no debate cultural contemporâneo. Nascido em Ávila no ano de 1909, licenciou-se em Direito (1931) e em Filosofia (1933) na Universidade de Madrid, nesta instituição virá a doutorar-se em Filosofia, ascendendo posteriormente à cátedra de Ética e Sociologia, em 1955, vaga desde a morte de García Morente. Em 1958 publica a sua «Ética», obra central com sucessivas edições até hoje e que em 1963 será complementada com um admirável livro sobre o tema da ética social e política intitulado «Ética y Política». No ano de 1965 foi compulsivamente afastado da cátedra por ter encabeçado uma grande e silenciosa marcha estudantil em protesto pela proibição da liberdade de associação. A partir de 1966 e ao longo de dez anos, Aranguren será professor-visitante em diversas universidades europeias e americanas, na Escandinávia, França, Itália, México, Puerto Rico e Estados Unidos onde em 1969 foi nomeado professor na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. Publica estudos significativos como «Moral y Sociedad Introducción a la moral social española del siglo XIX», «La Comunicación Humana», o fundamental «El marxismo como moral» (1968) e outros ensaios de teor mais ou menos polémico sobre aspectos da cultura em geral e espanhola em particular; em 1971 participa nos Encontros Internacionais de Genebra com uma notável comunicação intitulada «La moral y la civilización del porvenir». Em 1976, já depois de banido o fascismo espanhol, o governo de Adolfo Suárez, reparando uma injustiça, reintegra-o na cátedra de Ética e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid, tendo-se jubilado em 1979, pronunciando a sua última lição magistral, em Março de 1980, sobre a obra e a figura de Marcuse. Nos anos seguintes publica diversos volumes de ensaios, dos quais importa salientar «Sobre imagen, identidad y heterodoxia», «Propuestas morales», «El buen Talante», «Moral de la vida cotidiana, personal y religiosa» entre diversos outros artigos, prólogos e entrevistas onde manifestamente fiel ao seu ofício de intelectual examina aspectos da problemática ética e política contemporâneas, mantendo uma postura de imenso destaque intelectual não apenas na vida espanhola, mas igualmente na cultura contemporânea, perfilando-se como um filósofo moral heterodoxo e

por isso mesmo norteando a sua intervenção por um permanente sentido lúcido, crítico e utópico marcado por uma exigência de justiça revelando-se como uma autêntica consciência moral da sociedade.

Não resulta fácil dar conta em poucas páginas do pensamento de José Luís Aranguren e são várias as razões de tal dificuldade. Desde logo, a amplitude de temas da sua obra escrita, mas igualmente a presença de uma trajectória filosófica evidenciando diversidade de influências e perspectivas nem sempre suficientemente sistemáticas se, por um lado, nos propicia uma reflexão multifacética, audaz e proteica, por outro, revela-nos uma indesmentível coerência e um valor intelectual e moral cuja seriedade procurarei destacar ao longo deste ensaio.

Após uma atenta leitura das suas obras depára-se-nos como absolutamente defensável uma peculiar perspectiva evolutiva, aliás bem salientada por Enrique Bonete Perales<sup>(1)</sup>, onde se revela o transito de preocupações de índole religiosas e existenciais para uma reflexão nuclearmente ética, logo seguida de um pendor sócio-cultural que o encaminhará para uma análise crítica de feição sócio-política, em suma fases de um itinerário filosófico que, segundo o próprio Aranguren<sup>(2)</sup>, poderá entrever-se, à semelhança de Kierkegaard, como à partida religioso, em seguida ético para terminar como sócio-político. Nesta linha de pensamento, corresponderão à primeira fase, obras como «A filosofia de Eugénio d'Ors» (1945) onde o Autor pretendeu equacionar a condição cultural do católico do séc. XX, bem como «Catolicismo y Protestantismo como formas de existência» (1952) e «El Protestantismo y la Moral» (1954), propondo no primeiro um catolicismo existencial que encontrou em François Mauriac, Graham Greene e Simone Weil, por exemplo, uma significativa expressão e no segundo livro referido, uma incursão no domínio da Filosofia da Religião, mediante a análise do luteranismo e do calvinismo como atitudes respectivamente religiosa e ético-jurídico-religiosa; à segunda etapa marcadamente ético-filosófica correspondem nuclearmente, o seu admirável tratado

---

(1) Referimo-nos à obra de Enrique Bonete Perales, «Aranguren: la ética entre la religión y la política», Madrid, Edit. Tecnos, 1989. Trata-se de um estudo excelente sobre o pensamento ético de Aranguren, absolutamente imprescindível para uma visão global da sua evolução.

(2) José Luís Aranguren, «La Filosofía en la vida y la vida de la Filosofía», in *ISEGORÍA*, Madrid, 7 (1993) 10.

«Ética» (1958), o opúsculo incisivo «La ética de Ortega» em defesa do genial filósofo contra os ataques de certos eclesiásticos católicos, como o P<sup>e</sup>. Santiago Ramirez, que tudo fizeram para incluir as obras daquele pensador no «índice de livros proibidos» e outros ensaios logo seguidos pelos de uma última etapa, caracteristicamente iniciada pela obra «Ética y Política» (1963) e integrando outras obras sobre a Universidade, as relações Filosofia e vida contemporânea, estudos acerca da comunicação humana, da cultura e da democracia, do marxismo como moral e outros ensaios de temática sócio-moral, tais como «Propuestas Morales» (1983) e «Moral de la vida cotidiana, personal y religiosa» (1987) — em síntese, um percurso onde sempre afirmou a continuidade entre aquelas dimensões da moral que nos é dada, isto é, a «moral como estrutura» e a «moral como conteúdo» e uma outra dimensão que singulariza a radicalidade moral de uma vida autenticamente pessoal que é a «moral como atitude», onde a apreciação crítica do presente acaba por desenvolver uma reflexão de índole prospectiva em prol de uma existência melhor.

Tendo tudo isto em conta importa considerar os aspectos mais destacados do pensamento ético de Aranguren, intentando uma apreciação crítica que implicitamente reconhecerá a validade perene de um projecto de ideias que aspira a superar as actuais e profundas divisões da Humanidade. Para uma aproximação à sua filosofia moral é relevante, como ponto de partida, sublinhar as principais ideias que configuram a condição e situação humanas, isto é, o perfil antropológico no qual se fundará uma dimensão ética que amplia e completa o afã vital de cada ser humano. A partir de uma tomada de consciência, onde ressalta alguma influência do pensamento de Ortega y Gasset, de que a realidade radical é a vida concreta de cada ser humano e nesta avulta a exigência de compreensão e de sentido, a tarefa intransferível que importa a essa «inteligência sentiente» (Zubiri) que é o ser humano caracteriza-se pelo reconhecimento da necessidade em se ajustar ou abrir à realidade que constitui a sua iniludível circunstância. Estar no mundo é encontrar-se com a circunstância através de certos estados de ânimo — o «talante» de que nos fala Aranguren — que condicionam a adaptação à realidade, visto que influenciam as percepções, pensamentos e sentimentos mediante os quais o mundo real se apresenta a cada ser humano que assim o enfrenta de modo natural, psicobiológico e que sempre lhe apresenta diversas possibilidades para a sua acção, suscitando

exigências e inquietações. Assim pela liberdade e com a inteligência o homem, acrescentará uma dimensão moral à sua personalidade. Com efeito, se à partida cada ser humano é constitutivamente moral pela simples razão de que é constitutivamente livre, está condenado à liberdade como disse Sartre ou como, antes, escreveu Ortega, «somos a la fuerza libres», num segundo momento dá-se conta que tem que se construir a si mesmo, tem que se autodeterminar necessariamente, optando permanentemente face às diversas possibilidades que cada situação lhe coloca, por consequência forjando deste modo, ao longo da sua vida, uma personalidade moral, isto é, o que Aranguren designa por *ethos* ou carácter, realidade ética conforme a um projecto fundamental que, sem sombra de paradoxo, depende em parte do *talante* e das circunstâncias, mas resulta, acima de tudo, das opções que forçosamente estruturam o perfil moral da vida de cada ser humano. Torna-se, portanto, claro que o *ethos* embora se articule com o lado afectivo e emocional da personalidade, caracteriza-se como um modo de ser, fruto de um esforço racional e voluntário, donde emerge todo o conteúdo do «quehacer» moral. Porém, uma interrogação poderá, desde já, levantar-se acerca de saber se, reconhecendo o papel da liberdade na construção do *ethos* pessoal, não decorrerá daqui a possibilidade de alguma arbitrariedade, logo de relativismo, manifestamente mutilante do acerto ético que há-de fundamentar as decisões que cada um assumirá ao longo da sua existência. A este respeito, Aranguren sublinha<sup>(6)</sup> que o *ethos* ou personalidade moral se irá construindo em função de um projecto e de uma ideia de Bem e «segundo normas da razão — lei natural»<sup>(7)</sup>. Ora, a que aspira o ser humano na inexorável necessidade das opções existenciais senão à perfeição, à possibilidade de atingir a felicidade, cuja busca permanente traduz o radical sentido da sua vocação? Acontece, porém, que a felicidade não só pode assumir uma pluridimensionalidade face às diferentes situações como necessita de ser determinada, dado o seu carácter formal e, por consequência, vazio. Consciente desta aporia, Aranguren em estreita conexão com o pensar de Aristóteles, mas também influenciado por Zubiri considera que, pela inteligência e pela vontade, embora a braços com a insegurança essencial da condição humana, cada indivíduo terá de

---

(6) José Luís Aranguren, «Ética», Madrid, Edit. Revista de Occidente, 1958, pp. 205-206.

(7) Idem, *ibidem*.

determinar materialmente o conteúdo da felicidade, mediante as opções dos actos de liberdade que obviamente o poderão salvar ou condenar. Para Aranguren e na época em que publicou a «Ética» (1958), a partir destas perspectivas poderá admitir-se a abertura da ética à religião porque a ideia de uma suprema felicidade é, em última instância, de natureza religiosa, pois como escreveu «La felicidad está más allá de nuestras posibilidades, tiene que sernos «dada». La felicidad tiene, pues, una vertiente trascendente a la praxis humana»<sup>(8)</sup>, embora considere a existência de dois tipos de felicidade — *felicitas* e *beatitudo*, respectivamente a perfeição moral e a contemplação de Deus <sup>(9)</sup>. Esta eventual abertura à religião também se explicará pelo reconhecimento das deficiências da estrutura humana, singularmente detectáveis nas experiências da dor, do fracasso, da própria morte, bem como na ânsia de justiça e da esperança, além de se admitir que só a religião pode oferecer um conteúdo não relativista àquela moralidade formal. A este propósito importa assinalar que, posteriormente, José Luís Aranguren jamais regressou a este tópico, sem, a par, admitir outros conteúdos, tão legítimos como o religioso <sup>(10)</sup>, reconhecendo, assim, que o conteúdo da moral não terá necessariamente que brotar exclusivamente da religião para se perfilar, como válido e como universal. Aliás, a não ter revisto a sua primeira posição, uma consequência seria óbvia e essa seria a recusa da autonomia da Ética, dissolvendo-se a racionalidade ética nos variados matizes das interpretações religiosas. Dir-se-á, em síntese, que a procura incessante da felicidade consistirá, afinal, na criação pessoalíssima do carácter, do *ethos*, o que por seu turno, configura o conjunto de exigências da vocação individual — tal é a dimensão pessoal da moral na perspectiva de Aranguren. Todavia, ainda na «Ética», o filósofo alude a uma necessária abertura da ética pessoal à ética social, sublinhando o influxo socio-político na estruturação do próprio *ethos* pessoal,

---

<sup>(8)</sup> Idem, *ibidem*, p. 265

<sup>(9)</sup> Idem, *ibidem*, p. 265-277

<sup>(10)</sup> A este propósito ofr. as seguintes obras de Aranguren «Lo que sabemos de moral», Madrid, Edit. Gregorio del Toro, 1967, pp. 40-42 e 53-56, (esta obra, acrescentada de dois anexos foi reeditada em 1984, com o título «Propuestas Morales», Madrid, Edit. Tecnos); «La crisis del catolicismo», Madrid, Alianza Editorial, 1969, pp. 49-84 (trad. em português com o mesmo título, Coimbra, Liv. Almedina, 1971); «Moralidades de hoy y de mañana», Madrid, Taurus, 1973, pp. 155-157 e «Sobre Imagen, identidad y heterodoxia», Madrid, Taurus, 1981, pp. 152-154 e 163-169

salvaguardando-o, porém, de qualquer sociologismo. Do que se trata é de não esquecer que o *ethos* individual inexoravelmente se vai realizando no âmbito da sociedade, em conexão harmónica ou hostil com as diversas situações sociais. À abertura ao *ethos* social estão dedicadas as páginas da singular obra «Ética y Política» (1963), bem como outras que até à finitude escreveu a um ritmo notável e de aprofundamento exaustivo de ideias anteriormente expostas. Muito provavelmente a lucidez com que assumiu o ofício de intelectual no nosso tempo, ao evidenciar-lhe a amoralidade, o vazio ético, a irresponsabilidade e a inquietante anomia moral da actualidade, o terá convencido da urgência e importância de alternativa entendida como o reassumir de uma atitude moral, crítica e magistral, em prol de uma nova ética que vincule a reciprocidade da dimensão pessoal e social do agir humano, dado que, como escreveu no final da *Ética*, «(...) somos corresponsables del ser moral y el destino de los demas: he aqui el tema verdadero, unitario y total de la ética.»<sup>(1)</sup>, o que também indicia uma fulgurante crítica ao individualismo e ao perfil abstractizante de outras filosofias morais como, por exemplo, a de Kant, pouco ou nada preocupada em analisar antecedentes e algumas consequências sociais dos actos humanos. Para Aranguren existe uma essencial complementaridade entre ética pessoal e ética social e, por consequência, se entrevê uma íntima ligação entre a natureza intrinsecamente moral do ser humano e a sua iniludível responsabilidade pessoal e sócio-política.

Desde que em 1963 publicou «Ética y Política» e «Implicaciones de la Filosofía en la vida cotidiana», logo seguido de «Lo que sabemos de Moral» (1967), cuja reedição em 1983 apareceu com o título «Propuestas morales», tendo-lhe acrescentado dois significativos ensaios intitulados «Nuevos enfoques de la moralidad» e «La situación de los valores morales, hoy», pode afirmar-se que Aranguren abandonou a tarefa de elaboração de uma ética rigorosamente filosófica para assumir uma intervenção, por vezes saudavelmente intempestiva, como há pouco afirmava Victoria Camps, a respeito dos mais decisivos temas político-morais do nosso tempo. O próprio José Luís Aranguren referiu<sup>(2)</sup> a crescente conexão de teoria e praxis que o preocupou desde os escritos posteriores à «Ética», conduzindo-o a uma continuada reflexão em torno da pro-

---

(1) José Luís Aranguren, «Ética», op. cit., p. 500.

(2) José Luís Aranguren, art. cit. nota 5.



blemática do humanismo contemporâneo, da crítica do poder político e sua necessária moralização, da questionabilidade ética da política e da militância intelectual, ou seja, não partidarista, em prol da Democracia, simultaneamente entrevista como forma de vida mais vinculada permanentemente a um compromisso ético-político, tudo isto a par de um esforço predicativo em apontar a função do intelectual na sociedade contemporânea, como crítica, moralista, heterodoxa e utópica<sup>(13)</sup>. A esta nova etapa da evolução do seu pensar não é, decerto, alheia a crise sem que desembocou a reflexão ética tradicional, talvez consequência de alguns excessos especulativos, demasiado afastados de questões existenciais, talvez naufragada num oceano de análises teóricas intermináveis. Dir-se-á que o tempo para a criação de uma ética puramente filosófica conduziu a perplexidades e impasses somente ultrapassáveis se se reconhecer que «(...) lo que importa hoy no es discutir cuestiones abstractas, sino ponerse a ir resolviendo en la medida de lo posible, los problemas que nuestro tiempo tiene, em todos los órdenes planteados, aprovechando para ello las posibilidades que están, efectivamente, a nuestra disposición»<sup>(14)</sup>.

Neste sentido, a preocupação orteguiana de que o intelectual deve estar «al nível de los tiempos» irá encontrar um explícito eco na orientação que Aranguren vai imprimir à sua missão de intelectual-filósofo — um pensar circunstancial, no mais profundo sentido do termo, voltado para uma análise crítica da sociedade, enraizado numa abertura ética a diversos saberes, preocupando-se em captar a autêntica moral vivida para a apreciar criticamente propondo, em seguida, algumas vias de solução para a actual crise ética no mundo ocidental. Assim, comprometido com a realidade histórica, Aranguren destacou as questões mais relevantes que a dimensão moral da política comporta, evidenciando a relação dramaticamente tensa que caracteriza esse encontro, onde terá de prevalecer uma exigência de Justiça, derivada de uma autêntica moralização do Estado com a finalidade fundamental de melhorar efectivamente a vida dos seres humanos.

---

<sup>(13)</sup> Tema recorrente na sua obra. Cfr. por exemplo, «El oficio del intelectual y la crítica de la crítica», Barcelona, Inst. Vex, 1979, «Sobre imagem, identidad y heterodoxia», op. cit. e «El buen talante», Madrid, Taurus, 1935.

<sup>(14)</sup> José Luís Aranguren, «Implicaciones de la filosofía en la vida contemporánea», Madrid, Taurus, 1971, p. 66.

A luz desta perspectiva se há-de compreender a sua ideia de abertura do sujeito moral ao *ethos* social que norteia toda a sua concepção de Humanismo em que se enraíza o conjunto das suas propostas que visam a moralização da sociedade. Com efeito, após ter analisado todos os vectores que caracterizam tradicionalmente a ideia de Humanismo, designadamente em dois estudos, recolhidos em «La Juventude europea y otros ensayos» (1961) e respectivamente intitulados «Sobre el Humanismo» e «Sentido sociológico-moral de las antiguas y nuevas Humanidades», José Luís Aranguren destaca, quer nas sociedades antigas, quer nas modernas, uma deficiência grave que, segundo o seu ponto de vista, ainda persiste no tempo presente em síntese, uma dimensão de violência que se explicita na perspectiva greco-romana sob a forma de escravatura e no âmbito da modernidade sob a forma de violência revolucionária (os marxismos) ou institucionalizada no pensar democrático-liberal. Assinalando o tom de indignidade que subjaz àquelas formas de humanismo, Aranguren reflectiu no modo de superar a profunda imoralidade de que se revestem, manifestamente presente no conjunto dos seus pressupostos conducentes a uma certa barbarização da vida político-social, tornando-se, assim, crucial pensar um novo Humanismo pautado permanentemente por uma «vontade de justiça»<sup>(15)</sup> que atenua a problematidade entre ética e política, possibilitando erradicar aquela violência, sempre geradora da alienação e da desumanização do tempo presente. A sua proposta, talvez demasiado optimista, consistirá em advogar um sentido intrinsecamente ético nos fundamentos de um Humanismo novo que não deverá nunca distanciar-se de um «humanitarismo»<sup>(16)</sup>, condição nuclear para a renúncia à violência, via negligenciável para a instauração da Justiça, capaz de potenciar a ideal da Dignidade, decisivo para a efectiva concretização da ideia de Bem na presente e futura aventura da Humanidade. Evidentemente que uma proposta não resolve em si mesma todas as questões, se não incluir o modo para a sua realização, por consequência há que conhecer como Aranguren analisa a possibilidade de concretizar uma tarefa, difícil mas sublime, em prol de um Humanismo justo. Nas páginas de «Ética y Política»,

---

(15) José Luís Aranguren, «Sentido sociológico-moral de las antiguas y las nuevas Humanidades» in «La Juventud Europea y otros ensayos», op. cit. p. 160 ss.

(16) Idem, ibidem, p. 157.

por exemplo, o filósofo desenvolve o tema e, se bem o interpretamos, toda a sua reflexão parte da constatação de que existe uma tensão entre ética e política, somente superada por um novo modelo de Estado — o «Estado de Justiça»<sup>(17)</sup> onde, clara e inequivocamente, se enraíza, aquele humanitarismo social, única via possível para uma fecunda democracia económica e social que, acompanhada pela intervenção educativa dos intelectuais, viabilizará o que Aranguren designou por «Democracia como moral»<sup>(18)</sup>, isto é, uma «democracia como forma de vida y como compromisso moral»<sup>(19)</sup>. Sublinhando sempre a dimensão moral da condição humana, Aranguren ocupou-se, ao largo dos últimos trinta anos, em escrever sobre temas e problemas de índole sócio-política, da análise do marxismo sob o prisma moral às facetas do neo-capitalismo, mormente o consumismo materialista e tecnológico, geradoras da perda ou de um abaixamento de um sentido ético da vida que favorece a irresponsabilidade pessoal e político-social e, em consequência a desmoralização da sociedade. Daqui a necessária revitalização da ética, uma exigência de retorno à atitude responsável para a qual, segundo Aranguren, deverá contribuir a acção dos intelectuais, na medida em que lhes compete «(...) alumbrar nuevos proyectos de existencia, tanto personal como colectiva nuevos modos de ser y de vivir; y ejercitar la tarea, menos brillante, menos creadora, pero, sobretudo en determinados momentos, no menos necesaria, de recordar el deber y de decir «no» a la injusticia»<sup>(20)</sup>.

Nesta ordem de ideias, o filósofo considera importante e urgente o desenvolvimento de uma nova moral, alicerçada numa grandeza de ânimo, algo que nos recorda aquela virtude da «magnanimidade» tão reiterada por Ortega y Gasset<sup>(21)</sup>, capaz de contrapor à crise, pela análise dos seus fundamentos, uma resposta que, aberta à complexidade da hora presente, desenvolva e estimule em cada ser humano, uma consciência moral cívica que o afaste da insulariedade egoísta,

---

<sup>(17)</sup> José Luís Aranguren, «Ética y Política», Madrid, Ed. Guadarrama, pp. 255-262.

<sup>(18)</sup> Cfr. Idem, *ibidem*, mas também Idem, «La Democracia Establecida», Madrid, Taurus, 1979, pp. 17-20 e 180-188 e Idem, «Propuestas Morales», Madrid, Edit. Tecnos, 1984, p. 133.

<sup>(19)</sup> Enrique Bonete Perales op. cit., p. 269.

<sup>(20)</sup> José Luís Aranguren, «El buen talanta», op. cit.

<sup>(21)</sup> José Ortega y Gasset, «Mirabeau o el Político» em *Obras Completas*, Madrid, Edit. Revista de Occidente, 1962, vol. III, pp. 608-611.

orientando-os para o reconhecimento da essencial intersubjectividade, ao ritmo de um convívio dialógico, susceptível de originar consensos livres e racionais<sup>(22)</sup>, como caminho para outros padrões de vida fundados numa atitude de corresponsabilidade que, no plano político, se repercutem naquela *democracia como moral*, tendente a esbater o afrontamento entre ética e política, pela efectiva realização de uma «ética política»<sup>(23)</sup> cuja tónica nuclear deriva da aceitação de que a condição humana é inseparavelmente ética e política, já que, como Aranguren escreveu, «(...) el hombre es político, aunque, naturalmente, puede serlo de modo deficiente y es político porque, quiera o no (moral como estructura) es moral. El hombre tiene que hacer asimismo su vida social y sociopolítica. El queahacer político es, debe ser, quehacer moral: la política es una dimensión de la moral»<sup>(24)</sup>. Decisiva afirmação onde importa realçar o convite a um compromisso inegligenciável contra a abstenção e o desinteresse de tantos em assumir uma constante postura cívica, sem a qual, evidentemente, será impossível atingir a experiência da verdadeira Democracia, que não é um simples jogo de forças reais, devendo surgir como «un modo de ser de todos ciudadanos»<sup>(25)</sup>, ou seja, uma democracia não meramente nominal ou formal.

O sentido global desta proposta reside em salvaguardar a dimensão pessoal da ética em sintonia como um intervencionismo moralizador de carácter institucional que só o estado das instituições políticas podem e devem desenvolver, caminhando progressivamente para uma meta onde poderá evidenciar-se uma íntima conexão entre os ideais que levaram à construção do chamado *Estado de Direito* e a sua actualização, estruturando-se como *Estado de Justiça* que tem o seu ponto de partida no explícito reconhecimento da dignidade humana com vista a conduzir, no plano sócio-político, a uma sociedade moralmente desejável e politicamente realizável de índole plenamente democrática. Ora é na linha desta preocupação que Aranguren analisou as consequências dos aspectos mais salientes

---

<sup>(22)</sup> José Luís Aranguren, «Propuestas Morales», op cit., p. 181.

<sup>(23)</sup> José Luís Aranguren, «Moral de la vida cotidiana, personal y religiosa», Madrid, Edit. Tecnos, 1987, p. 95.

<sup>(24)</sup> José Luís Aranguren, «El hombre y la política» in «La Democracia Establecida», Madrid, Taurus, 1979, pp. 181-182.

<sup>(25)</sup> Idem, ibidem, p. 182.

de certos modelos de institucionalização «técnica»<sup>(26)</sup> da moral no âmbito da política, mas que, em última instância, aniquilam, segundo a sua opinião, a ética na política — trata-se, quer do totalitarismo comunista, quer do chamado estado-de-bem-estar<sup>(27)</sup>, dado que, usando a violência e a manipulação, nenhum conduz àquele humanitarismo social que sustentará o permanente afã na procura da realização da Justiça social. Com efeito, na fidelidade à perspectiva de que a moral é inseparavelmente pessoal e social, o filósofo considera indispensável avançar para um *Estado-de-Justiça*, «(...) que justamente para hacer posible el acceso de todos los ciudadanos al bien común material, a la democracia real y a la liberdade tendrá que organizar también la democracia y la libertad»<sup>(28)</sup>, mas sem deixar de continuar a ser um *Estado-de-direito*. Face a este ponto de vista, reiterado até aos seus últimos tempos, designadamente na sua mais significativa obra do fim da vida, «Moral de la vida, cotidiana, personal y religiosa»<sup>(29)</sup>, como não pensar num modelo de estado, baseado num ideário socializador e intervencionista aberto à capacidade criativa dos indivíduos e recusando-se como poder homogenizante e, portanto, mutilador e alienante da condição humana? Tal se nos afigura o seu ideal para a unidade ético-política, «tarefa infinita, inacabável»<sup>(30)</sup>, todavia capaz de responder à complexa desmoralização de vida política a presente. Para esta tarefa, Aranguren convoca os intelectuais propondo-lhes uma missão de moralistas após o exame das consequências emergentes de todas aquelas estruturas sociais, tecnológicas e consumistas que deterioram a Dignidade, estiolam as preocupações axiológicas, instaurando o amoralismo e até a negatividade absoluta, por consequência, conduzindo os seres humanos à asfixia moral ou, no mínimo, a uma instrumentalização quase sempre dramática.

Todo este esforço em prol da re-moralização da sociedade assente naquele postulado de que a condição humana é sempre constitutiva e estruturalmente moral, aparece-nos como óbvia

---

(26) José Luís Aranguren, «Ética y Política», op. cit., p. 237.

(27) Idem, ibidem, pp. 237-254.

(28) Idem, ibidem, p. 257.

(29) José Luís Aranguren, «Moral de la vida cotidiana, personal y religiosa», op. cit., p. 94 ss.

(30) José Luís Aranguren, «Ética y Política», op. cit., p.262.

consequência da sua ideia da Ética como «ciência especulativamente prática»<sup>(31)</sup>. Tal dimensão especulativa, a moral pensada, não pode prescindir da dimensão prática, a moral vivida, há-de tomar como seu objecto a análise da experiência humana, isto é, as estruturas antropológicas e os condicionamentos histórico-sociais que a integram e conduzem à sua essência moral que se revela na ideia de que o ser humano, inevitavelmente livre e responsável, se constrói a si mesmo, mediante uma vocação que o orienta para a felicidade e para a perfeição, porém, a felicidade carece de determinação material, sob pena de permanecer como um mero formalismo que lembraria as perspectivas Kantiana e existencialista; para ultrapassar esta aporia, a felicidade, segundo Aranguren, apresenta «una vertiente trascendente a la praxis humana»<sup>(32)</sup> a par de uma dimensão intra-mundana, revelando-se esta na construção do *ethos* pessoal, ao passo que aquela aponta para Deus<sup>(33)</sup>. Dir-se-á, em consequência, que somente a crença religiosa, na linha da visão cristã do homem Aranguren, possibilita a cada ser humano e em última instância, a plena felicidade, entendendo-se assim aquela tese, embora, posteriormente matizada<sup>(34)</sup>, da abertura da ética à religião. Não esqueçamos, porém, que, sem sombra de paradoxo o ser humano realizando os seus projectos, encontra experiência da felicidade, pois Aranguren refere que a felicidade também nos aparece «como la problemática realización de nuestros proyectos preferidos, como la apropiación de la posibilidad fundamental, como el cumplimiento de nuestro *ethos*»<sup>(35)</sup>, logo, a ética faculta o acesso a uma felicidade que, não sendo absoluta e sendo problemática porque situada na vida — e esta é «drama» como já dissera Ortega y Gasset, ao sublinhar que é sempre «luta frenética por conseguir ser de facto o que somos em projecto»<sup>(36)</sup> — representa a aspiração optimista e permanente à perfeição pessoal ao longo da existência.

---

(31) José Luís Aranguren, «Ética», op. cit., p. 82.

(32) Idem, ibidem, p. 265.

(33) Idem, ibidem, p. 268.

(34) Cfr. a nota 10 supra.

(35) José Luís Aranguren, «Ética», op. cit., p. 273.

(36) José Ortega y Gasset, «No ser hombre de partido» em Obras completas, Madrid, Edit. Revista de Occidente, 1962, vol. IV, p. 77 ou Idem, ibidem, «Pidiendo un Goethe desde dentro», p. 400. A ideia é recorrente no pensamento orteguiano e a este propósito cfr. o ensaio «Ortega y Gasset — perfil ético de uma filosofia» no meu livro «Sentido Existencial da Filosofia», Porto, Edit. RES, 1992, pp. 53-71.

Em rigor, o pensar ético de José Luís Aranguren, assinalando no objecto da ética, a importância da personalidade ou carácter moral (ethos), manifesta influência de Ortega para quem a vida humana é sempre, na sua própria essência, constitutivamente moral, aproximação igualmente presente na dilucidação dos conceitos de vocação, perfeição e também, felicidade intramundana, evidenciando a relação entre Antropologia e Ética que ambos consideram fundamental. Além disto a sua filosofia moral distancia-se das perspectivas Kantianas, cujo formalismo antevê como insuficiente, abrindo-se, por outro lado, a um neo-aristotelismo onde a ideia de felicidade se assinala como o supremo bem, embora necessitada de conteúdo que, para Aranguren, se determinará ao longo da vida pela aliança entre inteligência e vontade.

Após ter destacado, ainda que de modo sucinto, as facetas mais significativas do pensamento ético de José Luís Aranguren, deslumbra-se-nos um itinerário para saída da crise moral contemporâneo, um caminho aureolado de esperança e utopia, mas que, como ele nos escreveu, que pode conduzir à «recuperación de la actitud moral y de confianza, frente a la violencia y la agresión, en el lenguaje y la razón para la resolución de los conflictos a través de la comprensión del punto de vista del otro, en el diálogo, y del establecimiento de una sociedade de auténtica comunicación moral y no simplemente material»<sup>(37)</sup>. Tal imperativo perfila-se-nos como um convite para um incontornável combate e resume singularmente toda uma obra rica e aberta que desde há cinquenta anos vem ocupando um lugar central no pensamento espanhol e uma pluridimensional intervenção ética e política que repercute substantivamente em pensadores da estirpe de um Javier Muguerza, Victoria Camps, Saturnino Alvarez Turienzo, Adela Cortina, Esperanza Guisán e mesmo Fernando Savater, entre outras que, se nem sempre seus discípulos, revelam nas suas obras, contudo, a magistral presença do seu pensar, bem como a exemplaridade da sua atitude intelectual onde a prática da ética como luta diária ligada a uma sabedoria antidogmática o destacam para sempre.

Nestas páginas fica a minha homenagem ao filósofo desaparecido neste ano de 1996, deixando sob pesada pedra a

---

(37) José Luís Aranguren, «Propuestas Morales», Madrid, Edit. Tecnos, 1984, p. 135.

saudade que me ficou de um amigo que tive o gosto de apresentar quando em Novembro de 1987 proferiu, no auditório da Fundação Eng. António de Almeida, uma conferência intitulada «A razão na Ética». Desses dias de convívio evoco a sua completa cultura, bem como a incondicional admiração por um grande homem, um homem de forte, ampla e delicada estrutura de espírito que agora somente posso rever comovidamente na correspondência epistolar que a sua morte interrompeu definitivamente. Pouso a caneta e fico meditando, sério e triste, nesta existência, contingente e finita, que sempre conduz a sete palmos de terra e um caixão. Fica-me, contudo, como parte essencial da minha consciência cultural e moral a pluralidade excelente de registos de índole ética que me facultou aquele convívio inesquecível.

*Luís de Araújo*